

Política agrícola do DF ^{agricultura} priorizou o plantio de hortaliças e frutas

Maurício Sampaio Diniz
de Brasília

A política agrícola voltada prioritariamente para os pequenos produtores, adotada pelo governo Cristovam Buarque, não só conteve o êxodo rural no Distrito Federal como também aumentou a população no campo. Para o secretário de Agricultura do DF, João Luiz Homem de Carvalho, que fechou nesta semana um balanço geral das atividades de sua pasta, essa é a maior comprovação de que o apoio do Estado à pequena produção agrícola gera resultados positivos nas áreas social e econômica. Para sustentar sua tese, o secretário cita dados do IBGE apontando que, em 1991, haviam no DF 85 mil pessoas no campo e, atualmente, são 130 mil.

O comportamento da população no Distrito Federal contraria o das demais regiões do País. As estatísticas oficiais mostram que, em média, a cada cinco minutos 19 pessoas deixam o meio rural no Brasil. O programa de reforma agrária consegue, nesse mesmo ritmo, assentar uma família com cinco pessoas. Esses dados, afirma Homem de Carvalho, deixam claro que a política fundiária precisa ser complementada por medidas de incentivo a quem já está no campo, mas encontra dificuldades para produzir e se manter na atividade agrícola. Assim, "buscamos apoiar a agricultura de subsistência, excluída do processo produtivo", afirma Homem de Carvalho.

Prove

O Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (Prove) foi a principal ação do governo direcionada a esse setor. Iniciado em 1995, o programa visa a instalação de agroindústrias de base familiar no campo, de modo a agregar valor à produção e gerar emprego. Hoje, existem 129 agroindústrias em funcionamento, seis em construção e dez projetos em análise pelo Banco de Brasília (BRB), agente financeiro do Prove. Foram aplicados até agora R\$ 865,04 mil no programa, que beneficiou 165 famílias, gerando mil postos de trabalho diretos e indiretos. Na média, cada emprego criado custou ao GDF um investimento de R\$ 750.

O plantio de frutas e hortaliças, culturas que tradicionalmente são desenvolvidas por pequenos produtores, foi incentivado por meio de tecnologia repassada aos agricultores pelos técnicos da Emater. Nesse sentido, o programa de plasticultura (cultivo em estufa) teve papel fundamental. Essa técnica, explica Homem de Carvalho, permite uma redução significativa do uso de agrotóxicos e de água, além de aumentar a produtividade das lavouras. O rendimento médio do pimentão plantado em estufa, por exemplo, é de 250 toneladas por hectare, 600% superior ao do método convencional, de 40 toneladas por hectare. No DF, alguns produtores de pimentão chegaram a atingir índices recordes de produtividade, de até 400 toneladas por ha.

Em quatro anos, o número

de estufas subiu 400%, passando de 302 para 1.285. No mesmo período, a área plantada com hortaliças pulou de 4,6 mil ha para 6,54 mil ha. A produção cresceu de 113,57 para 164,96 mil toneladas, o que significa um aumento de 45,24%. Foram atendidos pelo programa 490 produtores e, com o aumento da produção, 1.807 empregos foram gerados no campo.

O plantio de hortaliças foi amparado também por outro programa, o Gota D'água, uma técnica de irrigação por microaspersão e gotejamento, possibilitando uma economia de água e de energia em torno de 30%.

Fruticultura

A fruticultura, que se beneficiou dessas tecnologias, também apresentou bom desempenho. Embora a área plantada tenha caído 15,85%, a produção de frutas no DF subiu de 22,72 mil para 27,12 mil toneladas (19,37%). A produção de leite, carne bovina, suína e de aves tiveram aumentos que variaram de 29,75% a 53,36%. O número de animais vacinados contra febre aftosa subiu de 90 para 95 mil.

Homem de Carvalho salienta que a política adotada para o pequeno produtor não pode "nem de longe" ser considerada paternalista. Ele lembra que as taxas dos financiamentos do Prove são de 6% ao ano, superiores aos índices de inflação, que não têm atingido 3% anuais. Assim, conclui o secretário, não foi concedido pelo GDF qualquer subsídio para o programa.

O secretário ressalva que a chamada agricultura empresarial não foi abandonada pelo governo em detrimento da pequena produção. Como os recursos eram escassos, a Secretaria de Agricultura empregou a máxima do "muito ajuda quem nada atrapalha". O governo, afirma Homem de Carvalho, procurou editar medidas que facilitassem a comercialização e o processo produtivo da agricultura comercial. Nesse sentido, foi criado o crédito de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que possibilita ao produtor reaver o tributo pago sobre a compra de insumos.

A criação de novilhos precoces foi incentivada com a redução do ICMS de 7% para 3,5%. Para o feijão também há uma proposta de redução do imposto para 2%, aprovada pela Câmara Distrital, mas que foi recusada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O prazo dos contratos de arrendamento de áreas rurais públicas foi ampliado de 15 para 50 anos. As cláusulas de arrendamento também foram reformuladas, permitindo que o contrato possa ser transferido e a até herdado pelos filhos ou parentes dos produtores.

Como resultado dessas ações, acrescenta o secretário, a produção das chamadas grandes culturas (soja, arroz, milho, feijão e trigo) cresceu 15,59%, passando de 211,42 mil toneladas, em 1994, para 244,40 mil toneladas este ano.